

Contribuinte paga convocação

Congresso
Parlamentares vão receber dois 'extras' de R\$ 8 mil

Antes de embarcar para uma viagem de 11 dias à China e à Malásia, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou mensagem convocando o Congresso Nacional a partir do dia 18 de dezembro. A previsão inicial era de que o vice-presidente, Marco Maciel, que assumiu ontem interinamente a Presidência da República, assinasse a medida. A convocação extraordinária do Congresso, que irá até o dia 14 de fevereiro, implicará em gastos adicionais para o Executivo de R\$ 9,504 milhões.

Com a convocação, os 513 deputados e 81 senadores terão um reforço em seus caixas para o Natal e as festas de final de ano. Além dos salários mensais, eles receberão um novo salário integral de R\$ 8 mil na data do início da convocação extraordinária, 18 de dezembro, e outros R\$ 8 mil no dia 14 de fevereiro, quando os trabalhos se encerram.

Segundo Maciel, o Governo acredita que será possível apresentar a votação das reformas constitucionais em função da convocação extraordinária.

"Não podemos deixar que as atividades se interrompam, principalmente, das reformas constitucionais, já que o País precisa modernizar suas instituições e aprovar leis que dêem continuidade ao desenvolvimento", disse Marco Maciel. As crises provocadas pelo Caso Sivam e pela pasta cor-de-rosa atrasaram o calendário das reformas. Os líderes governistas não acreditam que as reformas da Previdência Social e Administrativa possam ser aprovadas, na Câmara e no

Senado, antes do mês de maio ou junho.

Apesar de convocados a partir do dia 18 de dezembro, os parlamentares só começarão a trabalhar de fato, no dia 8 de janeiro. Isso porque foi acertado que do dia 21 de dezembro a 8 de janeiro haverá o chamado "recesso branco".

Votações — Maciel disse que a pauta a ser analisada durante a convocação é a mesma que já vem sendo apreciada pelo Congresso. A prioridade é a votação das quatro emendas constitucionais — reformas tributária, da previdência, da administração e criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

O Governo tem interesse ainda na aprovação do plano plurianual, do Fundo de Estabilização Financeira, das alterações no Imposto de Renda de pessoa física e jurídica, além da criação da contribuição para os inativos.

Maciel destacou ainda que espera ver aprovado durante a convocação o projeto de resolução encaminhado por Fernando Henrique ao Senado pedindo apreciação do empréstimo de US\$ 1,4 bilhão para o Governo adquirir junto à Raytheon os radares para a implantação do projeto Sivam.

Para o presidente interino, "o importante é que as atividades do Congresso não se interrompam, sobretudo no momento em que o País precisa modernizar suas instituições e aprovar uma série de leis que serão importantes para a continuidade do nosso desenvolvimento".